



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO DOS AÇORES
DE ENCERRAMENTO DOS DEBATES PARLAMENTARES
DAS PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E PLANO DA REGIÃO
PARA 2010

Horta, 26 de Novembro

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Cerca de um ano após a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas açorianas e da tomada de posse do X Governo Regional, aqui estamos a concluir mais um debate parlamentar em que o Governo renova o seu comprometimento, actualiza as suas políticas e introduz novas metas que se inserem nos grandes objectivos que decorrem do seu compromisso eleitoral com os açorianos.

Move-nos a mesma ambição: a de ajudar todos a recuperar das dificuldades que nos cheguem, ou que ainda perdurem; a de contribuir mais eficazmente para a coesão social e territorial regional; a de fomentar os sectores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

produtivos regionais, incluindo o da economia do mar com a ênfase já plasmada no nosso programa de governo; a de exercer a boa administração dos fundos e recursos públicos; a de assegurar uma convergência progressiva com os indicadores do espaço social e económico nacional e europeu; a de sermos governantes empenhados, honestos e justos; a de promover os Açores; e, a de estimular o entusiasmo dos açorianos na construção de uma Região e de uma Autonomia Política sustentáveis. São essas referências que nos orientam na nossa acção de serviço público, que convocam o nosso discernimento e que nos dão o melhor sentido de identificação com as aspirações do Povo Açoriano. Não há limites que nos travem nesse espírito de missão, por menor que seja, às vezes, a paciência para com certos partidos da oposição.

Nestes debates parlamentares que agora se encerram, tal como o fazemos no nosso dia-a-dia, demos conta dos nossos êxitos e dos nossos insucessos, bem como do que pretendemos fazer. Interessa-nos, sobretudo, a mobilização de energias e de competências dos cidadãos e das empresas, a criação de condições e de ajudas para obviar aos efeitos mais gravosos da diminuição da actividade económica inculcada do exterior, e, nessas tarefas, não só releva a qualidade do desempenho governativo como é muito importante o contributo da boa oposição.

Todos estão convocados para as tarefas necessárias à satisfação dessas finalidades: e, uma vez mais, e não obstante existir uma maioria de apoio



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

no parlamento que garante a estabilidade governativa, quer o Governo quer o Partido Socialista afirmam e substanciam a sua disponibilidade para, no âmbito da votação na especialidade deste Orçamento e de mais este Plano Anual, incorporarem propostas dos partidos de oposição que respeitem as orientações do Programa do Governo aprovado por esta Assembleia, o equilíbrio orçamental e a avaliação responsável das despesas. Essa concertação, que não impõe unanimidades nem afecta a pluralidade político- partidária, é sempre um sinal da nossa maioria democrática e dá boa nota do esforço dos seus protagonistas no sentido de melhorar e consensualizar medidas e estratégias em benefício da Região.

Vivemos um período especialmente complexo para muitas famílias e muitas empresas, em que subsistem prejuízos e riscos, mas igualmente prometedora pelo que pode representar, no processo de recuperação, em novas oportunidades e novas alternativas.

Estamos determinados em superar o mais rapidamente possível os bloqueios e as contrariedades actuais, para que os Açores retomem o seu caminho que, praticamente sem interrupção e desde os finais dos anos noventa, gerou taxas de crescimento económico superiores às do País e da União Europeia. É com confiança nessa retoma que estamos a trabalhar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Uma retoma que apresenta já bons indícios, de acordo com a avaliação a que temos procedido, a partir de um indicador sintético para a evolução conjuntural com base em indicadores simples disponíveis no Serviço Regional de Estatística. Na verdade, se, a partir dos primeiros meses de 2008, se registaram quebras persistentes da actividade económica regional, constatamos agora, com muita satisfação, que essas quebras já foram contrariadas pelos resultados dos mesmos indicadores no segundo trimestre deste ano e reconfirmadas essas melhorias no terceiro trimestre. Todos esperamos que essa inversão tenha consistência e que represente a recuperação desejada para a qual estamos, de forma muito empenhada, a trabalhar.

Desde há cerca de ano e meio, a evolução do nível da produção, do rendimento e do emprego de todas as economias relevantes - desde os Estados Unidos à União Europeia e às economias emergentes da Ásia – tem decorrido em baixa, com uma tendência negativa em todos os seus indicadores estatísticos. Há meses e meses consecutivos que os órgãos de comunicação social dão conta, quase todos os dias, por esse mundo fora, de uma degradação constante, de falências em cadeia de empresas e da extinção abrupta de empregos, de economias destroçadas e de famílias sem apoios ou esperanças. Nós temos dificuldades, todos o sabemos, mas em nada, felizmente, comparáveis com esses casos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Todavia, mas tal como prevíamos, perderam-se empresas e empregos por via dos efeitos adversos da crise internacional. Mas já vão surgindo outras empresas e apesar da taxa de desemprego se situar nos 6,2% - a menor entre as regiões do país e bem mais baixa do que, por exemplo, na Madeira – a população empregada cresceu muito mais. Mesmo considerando o ano de 2002, em que se verificou a mais baixa taxa de desemprego de sempre nos Açores, o número de desempregados de então para cá aumentou apenas em 1571 enquanto o de empregados cresceu em 11.602 trabalhadores. Comparando com a média da União Europeia, nesta altura do ano passado a taxa de desemprego nos Açores era inferior em 2,4 pontos percentuais, enquanto agora passou a ser menor em 3,4 pontos percentuais face à verificada nos 27 países da União e 3,6 pontos percentuais inferior à verificada no País. Evidencia-se, desse modo, ao contrário do que algumas vozes propalam, o potencial comprovado de resposta dinâmica da economia açoriana e a sua capacidade, comparativamente superior à nacional, de criação de empregos.

Sendo a crise financeira, económica e social uma crise internacional, não são de estranhar, evidentemente, as suas incidências nos Açores. Por isso mesmo, estas não podem ser consideradas, com seriedade, isoladamente. É claro que havendo crise houve uma degradação dos correspondentes indicadores económicos e sociais, mas essa ocorrência e a sua intensidade devem ser avaliadas no confronto com o que está a acontecer em outros espaços e regiões inseridos na crise global para, assim sim, sabermos se estamos a reagir melhor nos Açores do que nesses lugares, se as medidas já



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

adoptadas têm dado comparativamente mais resultados, ou se, pelo contrário, devemos alterar o nosso rumo.

Evidentemente que não são fáceis os desafios que temos defrontado e que temos pela frente. Até pandemias, como a da Gripe A, alteraram profundamente pressupostos do funcionamento económico e social, que só têm sido contornados por uma acção pró-activa e articulada da administração regional e de saúde. Com as crises que assolam os países emissores de turistas, e apesar dos pacotes e acções promocionais, as dormidas e as receitas baixam espontaneamente, não só nos Açores como na maioria dos destinos incluindo regiões tradicionais como o Algarve, ou a Madeira onde os proveitos diminuíram perto de 15% nos primeiros oito meses do ano; com desregulações que afectam o mercado internacional, produções locais influentes no rendimento dos açorianos, como a do leite, defrontam também um ambiente de preços concorrente e penalizador, que só não nos traz maiores prejuízos por termos investido atempada e fortemente na diminuição dos custos e na qualidade da nossa produção; com o aumento da força de trabalho e a escassez de recursos piscícolas há quebras de rendimento nas pescarias, só atenuadas com a modernização das embarcações e a forte incorporação tecnológica operada no sector, bem como as intervenções na comercialização; com dificuldades em zonas de países de acolhimento de comunidades açorianas alteram-se relações tradicionais e tendencialmente favoráveis à Região; e com a alteração de regras pela Banca há uma nova relação de reserva para com os potenciais clientes, que o governo alterou em benefício destes, por exemplo, com o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

lançamento de linhas de crédito. Mas tudo isso – repito, tudo isso – aconteceu e acontece nos Açores de forma menos negativa do que na generalidade das sociedades que nos são comparáveis.

O Governo é solicitado, por isso, para emergentes e crescentes encargos orçamentais, seja no apoio a linhas de crédito bancário, ao mercado habitacional e à habitação apoiada, seja no reforço do investimento público directo e do apoio a alguns sectores empresariais, na intervenção em processos de comercialização, em novas capacitações e acessibilidades nos serviços públicos de saúde, ou nos programas sociais para idosos e ocupacionais, de manutenção, requalificação ou reconversão de postos de trabalho. É também na linha de resposta a essas novas solicitações – e sem prejuízo da estabilidade e rigor das políticas públicas - que se desenvolve a programação financeira proposta pelo Governo para 2010, a qual representa, por exemplo, um crescimento de 70% em relação ao investimento público executado há quatro anos.

Conseguimos, assim, uma disponibilidade razoável de mobilização de recursos financeiros e uma capacidade alargada para recorrer ao endividamento, que devemos utilizar criteriosamente para apoiar as famílias com necessidade e para robustecer os meios de reactivação da actividade económica e da nossa competitividade. Isso só é possível agora graças a uma gestão responsável e cuidada das nossas finanças públicas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

desenvolvida até aqui. Isso, também, é, indiscutivelmente, mérito do Governo Regional.

Nos Açores, conseguimos, de facto, enfrentar as consequências mais danosas da quebra à escala global e apresentar resultados que, de forma inequívoca, demonstram que os efeitos dessa conjuntura, ainda que presentes, são muito mais pequenos na Região do que na maioria das outras economias e sociedades.

É assim, como vimos, na análise da evolução do emprego, da população empregada e da taxa de desemprego, mas também na actividade dos nossos sectores estruturantes produtivos e de exportação, que conjuntamente com a actividade comercial, medida, entre outros factores, pela venda de veículos comerciais, registou, no último ano, uma evolução muito mais positiva do que a generalidade dos países europeus e da economia continental portuguesa de referência. Também tem sido mais positiva a variação do rendimento disponível das famílias açorianas face ao nacional. O mesmo se pode dizer, quanto à evolução de outros indicadores da base produtiva regional com potencial de exportação, como, por exemplo, o leite entregue nas fábricas que cresceu mais sete pontos percentuais que o verificado no País em 2009, e o gado bovino abatido cuja variação foi em dezasseis pontos percentuais superior à média nacional. Constituindo o consumo de energia eléctrica, em termos estatísticos, um indicador sólido da evolução da actividade industrial, a variação deste parâmetro demonstra



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

que o nível de actividade deste sector produtivo teve nos últimos quinze meses uma variação igualmente mais positiva que no país.

Pode-se dizer que os males maiores dos outros não são o nosso bem, mas é bem verdade que não estamos sozinhos no mundo e que, se estamos menos penalizados em tantos aspectos face a tantas outras economias e regiões, é porque agimos e acautelámos melhor a nossa situação nos Açores. E isso é, sem dúvida, uma vez mais, mérito do Governo Regional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A situação excepcional que atravessámos exigiu e exige respostas conjunturais e medidas excepcionais que já adoptámos, e outras que deverão ser introduzidas.

Criámos, conforme anunciei neste parlamento em Abril passado, linhas de apoio ao reforço do fundo de maneo e à reestruturação do endividamento bancário, a que acederam mais de um milhar de empresas; acelerámos os processos de concessão no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas; lançámos, recentemente, uma nova linha de apoio para as empresas com sede na Região com dificuldades em pagar aos seus fornecedores,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

abrangendo a facturação feita até 31 de Outubro passado; reforçámos o nosso acompanhamento de apoio social junto das famílias com desempregados; acentuando o investimento no emprego, estruturámos o Programa de Valorização Profissional, dirigido ao sector do turismo e já alargado ao sector do comércio tradicional, assegurando pagamentos e planos de formação profissional para os trabalhadores de empresas em dificuldades; desenvolvemos, entre outros, o Programa de Apoio à Manutenção de Postos de Trabalho e inovámos com o Programa de Consultadoria Estratégica Empresarial; interviemos no mercado de habitação adquirindo centenas de habitações, injectando cerca de trinta milhões de euros nos sectores da construção civil e do imobiliário. Todas essas iniciativas, com graus diferentes de sucesso mas com bons resultados em geral, foram incrementadas em consonância e em concertação com os respectivos parceiros sociais.

Pretendemos, em 2010, reforçar os programas de apoio ao emprego, nomeadamente os dirigidos aos envolvidos na construção civil, promovendo a especialização e ou a reconversão de profissionais do sector. Neste contexto, será implementado um programa específico que irá financiar acções de qualificação dos trabalhadores, até quatro meses por ano, em períodos de baixa actividade, que proporcionará, simultaneamente, uma redução de encargos das empresas abrangidas; será desenvolvido um programa de formação e certificação de activos que irá dotar os trabalhadores do sector de um certificado de aptidão profissional e de uma carteira profissional reconhecida, que será, no futuro, uma exigência para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

integrar os quadros das empresas de construção civil que pretendam obter a certificação de qualidade; será também criado outro projecto de acções de qualificação com certificação profissional e académica, com a duração de 10 a 20 meses, que deverá proporcionar aos actuais desempregados da construção, nos casos em que não o possuam, o 9º ano de escolaridade, reforçando a sua empregabilidade futura. Estamos, por outro lado, empenhados na organização da Bolsa de Empresas destinada a assegurar o plano de pequenas obras de recuperação de habitações degradadas ou que carecem de ampliação no âmbito da habitação apoiada.

Em suma, o Governo continuará a monitorizar a evolução da actividade económica e do emprego, reajustando, em tempo real e sempre que se justifique, os instrumentos de intervenção que estão ao seu alcance, estabelecendo uma parceria para essa avaliação com os organismos sociais e empresariais representativos. Todas estas medidas, e outras que as circunstâncias revelem ser indispensáveis ou adequadas, ilustram bem o nosso inconformismo batalhador e a nossa atenção permanente. Perante cada situação nova deverão surgir soluções novas, pelo que acredito que a superação das actuais dificuldades gerará, como tenho dito, um empreendedorismo inovador e um ambiente de novas oportunidades.

As Opções de Médio Prazo, tal como os Plano e Orçamento para 2010, evidenciam, como se compreende, a operacionalização de duas agendas, viradas para o futuro, que são simultâneas e necessárias: por um lado, toda



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

a panóplia de medidas e de acções centradas no tratamento imediato dos aspectos mais essenciais ou sistémicos das consequências da crise internacional nos Açores e, por outro, todo o conjunto de intervenções e reformas que se integram no modelo de desenvolvimento que decorre do nosso programa eleitoral e de governo.

Importa carrear uma dinâmica e uma qualidade crescentes para a concretização dos objectivos estruturantes que já anunciámos na apresentação destes documentos – os de melhorar as qualificações e as competências dos açorianos, de promover o crescimento sustentado da economia, de reforçar a solidariedade e a coesão social, e de gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental. Importa, pois, continuar, com sentido inovador e com ímpeto reformista, em todas as áreas em que se requer a impulsão das políticas públicas.

É assim que iremos avançar, decididamente, na concretização dos investimentos para o tratamento e valorização dos resíduos urbanos, tal como na generalização dos novos padrões sustentáveis de produção e da eficiência energética, todos eles inadiáveis e estruturantes; é assim que reforçaremos a aposta do Governo nos projectos científicos e tecnológicos, dando prioridade às ciências do Mar e aos contextos empresariais incluindo o da agro-pecuária; é assim que lançaremos, já nos próximos meses e durante três anos, uma grande operação de promoção turística dos Açores em vários países europeus e nos Estados Unidos e no Canadá num



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

investimento superior a trinta milhões de euros; é assim que focaremos a nossa atenção nos aspectos relativos à qualificação e certificação de produções açorianas, especialmente na agricultura e nas pescas – no primeiro caso, insere-se, por exemplo, a construção dos laboratórios regionais de Enologia e de Veterinária, e, no caso da valorização dos nossos produtos das pescas, o início de um projecto-piloto de embalagem de pescado refrigerado em atmosfera modificada e, ainda, a instalação de um centro logístico de distribuição de pescado em Lisboa.

Actuaremos quer no sentido do acréscimo do investimento nas ilhas de menor dimensão quer na preparação do Plano Estratégico para a Coesão nos Açores, o qual deverá criar os instrumentos e definir e agregar as medidas necessárias em cada ilha para o aproveitamento máximo dos seus recursos e potencialidades humanas e materiais; e iniciaremos, com as autarquias, a identificação e ou concretização de Projectos Locais de Interesse Comum, os quais constituirão um novo mecanismo de cooperação nas áreas da prestação de serviços aos cidadãos, da acção social e habitação, da reabilitação urbana, da educação, da rede viária, do tratamento de resíduos e do turismo.

É, com o mesmo inconformismo, que deveremos progredir atingindo este ano o maior investimento de sempre na educação, instituindo já no ano lectivo 2010/2011 a obrigatoriedade do ensino pré-escolar, arrancando com o Plano Regional de Leitura em cooperação com a comissão do plano



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

nacional, e apresentando medidas destinadas à melhoria da disciplina em contextos educativos e em que relevarão a protecção da autoridade do professor.

É assim que avançaremos, também no âmbito social, e no caso do sector da saúde, com o alargamento do Plano Regional de Vacinação, com a criação da Inspeção Regional de Saúde como serviço de auditoria e fiscalização do sector, e com a definição dos Tempos Máximos de Resposta para os serviços públicos de saúde, cuja determinação será muito importante na regulação dos direitos de acesso por parte dos cidadãos e no incentivo à produtividade por parte das unidades de saúde. Vamos iniciar, igualmente no próximo ano, importantes reformas, como a do Regime Jurídico da Solidariedade e Segurança Social nos Açores, da reestruturação orgânica e funcional do Instituto de Acção Social, do quadro legal para instalação e funcionamento de creches e lares, do novo quadro jurídico para o modelo de financiamento e cooperação das IPSS e entidades equiparadas bem como de apoio aos utentes em valências de iniciativa e gestão privadas.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

É com este espírito que o Governo encara a sua acção presente e futura. Continuaremos a governar com o sentido da mudança e a preparar o futuro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

A trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas. A trabalhar para valorizar as pessoas, particularmente as jovens, e para estimular e apoiar as empresas. A trabalhar com energia e inovação, como se fosse sempre o primeiro dia, e como se o tempo fosse sempre escasso para a satisfação das ambições açorianas.

Vamos continuar a governar e a trabalhar, para que se diga cada vez mais, com paixão e com razão: “Que bom é ser Açoriano!”.

Carlos César

Presidente do Governo Regional